

# TEATRO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI

## I

**AUTO DO CASEYRO DE ALVALADE**



AUTO NOVAMENTE FEYTO, E CHAMADO  
do Caseyro de Alvalade, em que entrão as figuras seguintes.

<i>Frey Pae,</i>	<i>Donna Joana</i>
<i>Sua mulher,</i>	<i>Martin Coelho, Escrivão,</i>
<i>Catrina da Silva,</i>	<i>Fernão Fernandes,</i>
<i>Lizete, moço de casa,</i>	<i>Francisco Fernandes,</i>
<i>Georgio Ribeiro,</i>	<i>Vasco da Silva,</i>
<i>Joaõ Pardo, Escrivão.</i>	

LISSBOA OCCIDENTAL:  
Na Officina de BERNARDO DA COSTA CARVALHO,  
Impressor do Realissimo Archivo Real.

Anno de M. DCC. CXXI.  
Com todos os direitos reservados.

**AVTO DOS ESCRIVAENS DO PELOVRINHO.**



AVTO DOS ESCRIVAENS DO  
Pelourinho velho, em que entrão as figuras seguintes, I. dois Padres, dois Escrivães, & hum negro, & hum Villão, hũa Vez;  
Iha, hum Atalencio, hum Ratinho, & hum Parvo.

Fey villo jello Padre Fr. Luis dos Anjos,  
Em Lisboa por Antonio Alarcos, Anno 1647.

**AVTO DO ESCUDEIRO SURDO.**



Auto do Escudeiro Surdo, em q' entrã as figuras seguintes, I. Hum villão Representador, hum Escudeiro surdo, hum seu moço, hum Calchano, & hũa Padreira, & hum Pastor mmoado, & hum Douro.

Feyto por hum nesso Autor da Cidade de S. ja

Em Lisboa, Por Antonio Alarcos 1640, em sua casa feveza de N. S. de D. O. de S. João, sobre Arco de S. João.

Taxado na Mesa do Paço Real em 1640, e 1641.

**AVTO DE FLORISBEL.**

Em que entrão as figuras seguintes, I. Hũa sua filha chamada Natalia, & hu seu filho chamado Edmundo, & hũa filha do sr. chamado Laurcel, & hu Pastor por nome Pedro, & hum Gorizo chamado Sarzedo.

Podêe imprimir em S. Eloy de Lisboa a 12. do Julho de 1643. M. Vicente da Ressurreição.



Com todos os direitos reservados. E Privilegio Real.  
Lisboa, Por Antonio Alarcos Impressor de R. N. S. 1643.

**AVTO DE GVIOMAR DO PORTO.**



Auto representado pelo chamado Gviomar do Porto, sendo entrão as figuras seguintes, Guimaraes do Porto, e seu moço chamado Rodrigo, hum Escudeiro que anda sempre com a mesma moeda, hum moço seu chamado Gregorio, & hũa Alcaideira, hum Velho velho, & c.

Podêe imprimir em Lisboa a 12. de Junho de 1643. M. Vicente da Ressurreição.

Com todos os direitos reservados. E Privilegio Real.  
Em Lisboa, por Antonio Alarcos Impressor de R. N. S. Anno de 1643.

## ÍNDICE

Introdução, por JOSÉ CAMÕES .....	7
--------------------------------------	---

### *AUTOS*

AUTO DO CASEIRO DE ALVALADE.....	35
AUTO DOS ESCRIVÃES DO PELOURINHO .....	103
AUTO DO ESCUDEIRO SURDO .....	133
AUTO DE FLORISBEL .....	167
AUTO DE GUIOMAR DO PORTO .....	219

\*

<i>Glossário</i> .....	259
<i>Catálogo</i> .....	275

## INTRODUÇÃO

O repertório de textos de teatro de autores portugueses do século XVI com que hoje lidamos é ainda o estabelecido por Teófilo Braga em 1870, nos dois primeiros volumes da sua *História do Teatro Português (Vida de Gil Vicente e Sua Escola — Século XVI e A Comédia Clássica e as Tragicomedias)*, publicados no Porto pela Imprensa Portuguesa — Editora, refundido na sua *Escola de Gil Vicente* (Chardron, Porto, 1898, pp. 545-551). À longa lista estabelecida pelo historiador, em cento e trinta anos a investigação apenas pôde acrescentar sete títulos: em 1904 é publicado o *Catalogo methodico da livraria dos Marquezes de Sabugosa, condes de S. Lourenço*, coordenado por Luís Carlos Rebelo Trindade, que dá conta da existência de um exemplar do *Auto do Nascimento de São João de Visitação de Santa Isabel*, texto até então desconhecido da crítica; em 1922, Carolina Michaëlis de Vasconcelos publica, entre outros, quatro novos títulos identificados na Biblioteca Nacional de Madrid, *Auto da Bela Menina*, *Auto dos Enanos*, *Auto das Capelas*, *Auto de Vicente Anes Joeira*<sup>1</sup>; cinquenta anos depois, o *Auto dos Sátiros* é descoberto por Eugenio Asensio na mesma Biblioteca. Em 1973 surgiu o vol. II do *Guia dos Manuscritos da Ajuda*, publicado pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, que na p. 673, na cota 50/V/40 (6), menciona um *Auto feito na vila de Santarém por António Pires*

---

<sup>1</sup> São os quatro únicos textos de que Teófilo Braga não tinha dado notícia. Os restantes autos que Carolina Michaëlis de Vasconcelos publicou em 1922 tinham já sido recensados pelo estudioso através de outras fontes — Barbosa Machado, índices expurgatórios, etc. — mas nunca por ele vistos, como é o caso do *Auto de Florença*, que confunde com o *Duque de Florença*.

à festa e louvor de nossa senhora da Porta [da] Valada, ano de mil e quinhentos e sessenta e seis anos. Recentemente, na mesma Biblioteca, encontrei uma *Prática de Brás e Tomé*, que apresenta características do teatro quinhentista <sup>2</sup>.

A lista proposta em 1870 encontra-se elaborada a partir da recolha de títulos de folhetos impressos que Teófilo Braga observou e a partir de notícias de ordem variada (proibições, inscrições em catálogos, relatos, etc.) que atestam a existência de outras obras de que não sobreviveram, ou de que não tinham sido, nem foram, encontrados, exemplares impressos ou manuscritos. Do primeiro grupo, aqueles de que se conhece algum exemplar antigo, apenas seis ficaram até agora sem edição moderna: *Farsa Penada*, *Auto do Caseiro de Alvalade*, *Auto dos Escrivães do Pelourinho*, *Auto do Escudeiro Surdo*, *Auto de Florisbel*, *Auto de Guiomar do Porto*. Reúnem-se neste volume os últimos cinco, deixando de fora a *Farsa Penada*, de que, ao contrário do que acontece com os outros, sobreviveu um impresso do século XVI <sup>3</sup>.

Depois de no século XVI o teatro ter começado a definir os seus contornos próprios, a impressão de textos dramáticos no século XVII revela-se já uma fonte próspera de rendimento, alimentando um mercado que pode extravasar o da leitura, constituindo-se em repertório procurado pelo público. À falta de documentação que ateste estas práticas teatrais que apenas se adivinham, contrapõe-se a relativamente abundante matéria tipográfica ligada ao teatro.

Destes cinco textos que conhecem agora a sua primeira edição moderna não chegou até nós qualquer testemunho quinhentista.

---

<sup>2</sup> Estes dois últimos textos encontram-se editados e estudados em *Editar novamente Onze Textos do Teatro Português do Século XVI* (3 vols.), tese de doutoramento que apresentei à Universidade de Lisboa em 2006.

<sup>3</sup> Sabe-se que para além da edição quinhentista terá existido uma impressão da farsa em 1605, da responsabilidade de António Álvares, proibida no Índice de 1624, de que não se conseguiu localizar nenhum exemplar. Em 1632 voltou a conhecer nova publicação pelo mesmo impressor, de que também não chegou até nós qualquer exemplar. António Álvares é, de resto, denominador comum de todos estes textos e determinante na constituição deste agrupamento.

tista, ignorando-se até se terão chegado a ser impressos no século XVI; encontram-se todos publicados a partir do século seguinte, bastante tempo depois de terem sido representados, e são, na sua totalidade, por coincidência, ou não, produtos saídos das oficinas tipográficas de António Álvares, pai e filho: *Auto do Caseiro de Alvalade* (há notícia de ter sido impresso na tipografia dos Álvares em 1632 e 1633, duas datas anteriores à de 1721, única de que sobrevivem exemplares), *Auto dos Escrivães do Pelourinho*, *Auto do Escudeiro Surdo*, *Auto de Florisbel*, *Auto de Guiomar do Porto*, num período de cerca de cinquenta anos de actividade impressora, entre 1605 e 1652.

Destes, dois foram impressos no mesmo ano de 1649, *Guiomar do Porto* e *Florisbel*, apresentando, até, uma grande proximidade na concessão de licenças de trinta anos antes, 10 e 12 de Julho de 1619, respectivamente, ambas concedidas pelo mesmo Vicente da Ressurreição, que a 4 de Julho desse ano assinara também a licença para a impressão do *Escudeiro Surdo* patente no último fólio do impresso de 1634, o mais antigo que chegou até nós. Para além da licença concedida para este auto, imprime-se na segunda metade da folha uma licença geral, eventualmente outorgada a 29 de Outubro de 1619<sup>4</sup>, para uma pluralidade de autos, que deveriam voltar àquela instância para serem conferidos com os originais, o que aconteceu em 19 de Novembro desse ano. A 22 do mesmo mês é passada a licença da Inquisição para impressão dos «Autos e demais obras declaradas no rol adiante escrito». É aceitável pensar que aqueles dois autos integrassem esse rol, bem como aqueles que nas impressões, em anos diferentes, declaram licença desse ano: *Dom André* (10 de Julho), *Juiz da Beira* (13 de Julho), *Pranto de Maria Parda* (14 de Julho). Outros, decerto, houve e seria interessante saber-lhes, pelo menos, os títulos. Por enquanto, o rol está dado como perdido.

A actividade tipográfica dos António Álvares é, pois, intensa, e, em 1618, o pai apresenta ao Senado de Lisboa uma petição visando o estabelecimento de uma loja de venda de livros, pois a

---

<sup>4</sup> O mês e o ano não se encontram impressos. Conjecturo a partir da data da conferência com os originais, 19 de Novembro de 1619, indicada na licença «para correrem».

sua oficina não tem capacidade de armazenamento dos que vai compondo e imprimindo, que acabam por deteriorar-se, acarretando sérios prejuízos económicos. O juiz do officio responde negativamente à pretensão do impressor, alegando ser contra o estabelecido no Regimento e acusando-o de mentiroso, ganancioso e oportunista.

Creio que a contiguidade dos anos da petição para venda de livros e do pedido de licenças destes impressos de teatro em grande número não é mera coincidência. O procedimento deixa entrever uma qualquer estratégia de monopolizar o mercado da impressão de teatro. A contenda parece ter impedido a impressão de folhetos, uma vez que entre 1617 e 1622 se não conhecem edições de teatro saídas da oficina deste impressor. A data de 1619 atribuída por Barbosa Machado ao *Auto da Feira da Ladra*, de Baltasar Dias, pode bem ser a da concessão da licença e não a da impressão. O mesmo lapso foi cometido com o *Juiz da Beira*, de Gil Vicente, impresso em 1643, com licença de 1619, data com que Barbosa Machado o dá como publicado.

António Álvares pai ganhou a batalha e pôde vender livros, facto que em 1619 orgulhosamente estampa na portada da *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*, de Damião de Góis<sup>5</sup>: *Por António Álvares, impressor e mercador de livros, e feita à sua custa*. Na edição de teatro, a fórmula aparece em 1622 nas *Comédias Famosas Portuguesas*, impressas com todas as licenças, de 1621, quer do Santo Officio quer do Ordinário. A venda continua a ser anunciada nalguns impressos posteriores, já do filho (*Caseiro de Alvalade, Escudeiro Surdo, Barca do Inferno*).

Apesar de à primeira vista se poder considerar ecléctica a escolha de matéria teatral para edição feita pelos Álvares, a verdade é que do conjunto conhecido do que imprimiram nesta área,

---

<sup>5</sup> A par da edição de teatro antigo, a impressão de crónicas ficcionais e históricas parece ter sido um filão editorial que os Álvares, pai e filho, exploraram com exclusividade; para além da de D. Manuel, imprimiram as do Imperador Clarimundo (1.<sup>a</sup> parte — 1601), D. João II (1622), Condestabre (1623), D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (1643), D. João I (1644). Na primeira metade do século parecem ter falhado apenas a de D. João III, de um autor vivo, Francisco de Andrada, que a mandou imprimir à sua custa na oficina de Jorge Rodrigues, em 1613.